

## PLANO DE TRABALHO

<b>FIELD PROJECT</b>	SEGURANÇA GLOBAL E PRÁTICA INTERNACIONAL						
<b>AUTORIA</b>	GABRIELA HUHNE PORTO				<b>DISCENTES Nº MÁX.</b>	10	
<b>SUPERVISÃO</b>	GABRIELA HUHNE PORTO				<b>DISCENTES Nº MÍN.</b>	6	
<b>REQUISITOS</b>	ABERTO PARA TODO O CORPO DISCENTE						
<b>PÚBLICO ALVO</b>	ESTUDANTES INTERESSADOS NA PRÁTICA DE INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS EM MATÉRIA DE SEGURANÇA GLOBAL, COMO ÓRGÃOS DAS NAÇÕES UNIDAS, CORTES REGIONAIS DE DIREITOS HUMANOS E COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA.						
<b>CÓDIGO</b>	GRDDIR003 / GRDDIR037 / GRDDIR039 / GRDDIR041	<b>PERÍODO</b>	2022.1	<b>NATUREZA</b>	PRÁTICA	<b>CARGA HORÁRIA</b>	60h

<b>EMENTA</b>	Segurança global; Direito Internacional dos Direitos Humanos; Direito internacional Humanitário; Nações Unidas; Cortes Internacionais; Comitê Internacional da Cruz Vermelha; Estado de emergência; Conflitos armados; Uso de força; Segurança Tecnológica; Cibersegurança; Segurança Ambiental; Direito Internacional de Desastres; Mudança Climática, Emergência de Saúde.						
<b>PROBLEMA</b>	O mundo enfrenta desafios de segurança global sem precedentes que exigem respostas coordenadas, integradas e urgentes em face de ameaças cada vez mais interdependentes. Em uma escala global, a estrutura regulatória para tais respostas encontra-se no Direito Internacional Público. Contudo, muitas vezes as normas e diretrizes internacionais apresentam-se fragmentadas em diferentes organismos especializados e exigem um esforço de pesquisa e sistematização para esclarecimento das obrigações dos Estados.						
<b>PRODUTO</b>	(i) o desenvolvimento de uma base de dados na plataforma interativa <i>Padlet</i> que fornece um panorama geral da prática internacional em matéria de segurança global, incluindo os principais atores e decisões internacionais de diferentes tipos de ameaça; (ii) produção de um relatório, no formato de cartilha, que apresenta um levantamento das obrigações internacionais sobre um determinado problema de segurança global contemporâneo (ex: terrorismo, migração, pandemia, mudança climática, cibersegurança, etc).						
<b>OBJETIVO</b>	O Direito Internacional Público possui papel importante no ambiente complexo e dinâmico da segurança global. Busca-se identificar as obrigações internacionais dos Estados na prevenção e reposta a diferentes tipos de crises a partir da análise da prática de instituições internacionais. O conhecimento geral das principais ameaças contemporâneas de segurança somado ao conhecimento específico das obrigações internacionais do Estado sobre determinado tema poderá servir como base para membros da sociedade civil reivindicarem seu comprimento pelo Estado. Parâmetros internacionais podem orientar, por exemplo, a obrigação de regular ou fiscalizar determinada prática de ator público ou privado, bem como indicar o desenvolvimento de políticas públicas orientadas à capacitação ou reforma de determinado setor.						
<b>METODOLOGIA</b>	A estratégia escolhida é composta por três etapas. Primeiro, os estudantes serão apresentados a orientações práticas de pesquisa em Direito Internacional (sites e bases de dados específicas de doutrina e jurisprudência internacional), que serão imediatamente aplicadas na busca pelas características de instituições internacionais pré-selecionadas. Será testada autonomia de pesquisa pois parte da pesquisa será conduzida em sala e a outra parte, em casa. Segundo, a investigação da prática desses organismos em temas de segurança será realizada por meio de estudos de casos pré-selecionados de órgãos judiciais e quase-judiciais. A cada estudante será atribuída a apresentação de um caso, seguido da inclusão de uma contribuição individual na base de dados interativa criada na plataforma <i>Padlet</i> (Produto 1) e do debate durante o encontro. Terceiro, após um panorama das obrigações internacionais de diferentes temas, a turma deverá optar por um dos temas para aprofundamento da pesquisa e levantamento mais completo das obrigações internacionais aos Estados sobre o tema, que será apresentado em formato de cartilha (Produto 2). Novos documentos e casos pesquisados para a cartilha serão debatidos nos encontros e incluídos na base de dados do <i>Padlet</i> . Por fim, os produtos serão amplamente divulgados para atores da sociedade civil internacional pelas redes sociais e, possivelmente, pela realização de um evento aberto ao público. Link do Protótipo da base de dados na plataforma <i>Padlet</i> : <a href="https://padlet.com/gabrielahuhneporto/fwh4y08ipxo05ztz">https://padlet.com/gabrielahuhneporto/fwh4y08ipxo05ztz</a>						
<b>HABILIDADE</b>	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.						
Exigência MEC	<input checked="" type="checkbox"/>	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.					
RESOLUÇÃO nº 5, 18 de dezembro de 2018	<input checked="" type="checkbox"/>	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.					
	<input checked="" type="checkbox"/>	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.					
	<input checked="" type="checkbox"/>	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.					
		Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.					

	X	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.
	X	Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.
	X	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.
	X	Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.
	X	Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.
		Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.
	X	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.
	X	Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.
		Outras:
<b>PROGRAMA GERAL (cronograma dos encontros semanais presenciais (em média 15))</b>		
<b>ATIVIDADE</b>	<b>TEMA</b>	
<b>Parte I: Pesquisa prática em Direito Internacional</b>		
1	Apresentação do Field Project: problema, objetivos, metodologia e produtos Orientações de pesquisa em sites e bases de dados internacionais	
2	Corte Interamericana de Direitos Humanos, Comissão Interamericana de Direitos Humanos, Corte Europeia de Direitos Humanos e Tribunal Penal Internacional	
3	Comitê Internacional da Cruz Vermelha e órgãos especializados da ONU	
<b>Parte II: Panorama de principais atores e normas internacionais por tema (database no Padlet)</b>		
4	Classificação de Conflitos Armados <i>Case study: International Criminal Tribunal for the former Yugoslavia, Prosecutor v. Ramush Haradinaj, Judgment of 3 April 2008, Case No. ICTY-04-84-T.</i>	
5	Aplicação de direitos humanos durante conflitos armados e Terrorismo <i>Case study: (i) International Court of Justice, Armed Activities on the Territory of the Congo (Democratic Republic of the Congo v. Uganda), 2005; (ii) Goldstone Report - Report of the United Nations Fact Finding Mission on the Gaza Conflict, 15 September 2009, UNDoc. A/HRC/12/48 (2009)</i>	
6	Segurança Tecnológica e Segurança Cibernética <i>Case Study: (i) Human Rights Watch, New Weapons, Proven Precedent Elements of and Models for a Treaty on Killer Robots, 2020; (ii) Russia and the Ukrainian Power Grid Attacks (2016), Tallinn Manual on the International Law Applicable to Cyber Warfare</i>	
7	Estados de Emergência e Direitos Humanos: <i>Case Study: Case of Zambrano Vélez et al. v. Ecuador. Merits, Reparations and Costs, Judgment of July 4, 2007, Inter-Am. Ct. H.R. (ser. C) No. 166</i>	
8	Pandemias e emergências de saúde global <i>Case Study: Inter-American Commission On Human Rights, Resolution 35/2020, Precautionary Measure No. 563-20, Members of the Yanomami and Ye'kwana Indigenous Peoples regarding Brazil, July 17, 2020</i>	
9	Segurança Ambiental: desastres naturais e mudança climática <i>Case Study: (i) European Court on Human rights, Budayeva v. Russia, App. No. 15339/02, 2008; (ii) Human Rights Committee, "Ioane Teitiota Case", No. 2728/2016, 24 October 2019.</i>	
<b>Parte III: Levantamento das obrigações internacionais do Estado para prevenir e responder a determinado tipo de crise (modelo cartilha) e complemento na base de dados do Padlet</b>		
10	Escolha de um problema de segurança global para aprofundamento e organização do grupo	
11	Pesquisa e elaboração da cartilha + Caso/documento adicional ao Padlet	
12	Pesquisa e elaboração da cartilha + Caso/documento adicional ao Padlet	
13	Pesquisa e elaboração da cartilha + Caso/documento adicional ao Padlet	
14	Pesquisa e elaboração da cartilha + Caso/documento adicional ao Padlet	

15	Entrega e divulgação dos produtos ao público alvo externo que atua na área escolhida da cartilha.
<b>CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO</b>	Contribuições individuais na base de dados do <i>Padlet</i> – 40% Contribuição na cartilha do grupo – 40% Participação nos encontros – 20%
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- GEIB, Robin; MELZER, Nils. <b>The Oxford Handbook of the International Law of Global Security</b>. Oxford University Press: New York, 2021.</li> <li>- WILLIAMS, Winston S. e FORD, Christopher M (eds.), <b>Complex Battlespaces: The Law of Armed Conflict and the Dynamics of Modern Warfare</b>. Oxford University Press, 2019.</li> <li>- SHEERAN, Scott. Reconceptualizing States of Emergency under International Human Rights Law: Theory, Legal Doctrine and Politics. <b>Michigan Journal of International Law</b> v.34, 3, 2013.</li> </ul>
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- BOHRER, Ziv, DILL, J. Dill, DUFFY, Helen. <b>Law Applicable to Armed Conflict</b>. Max Planck Trialogues. Cambridge University Press, 2020.</li> <li>- BEN-NAFTALI, Orna. <b>International Humanitarian Law and International Human Rights Law</b>. Oxford University Press, 2011.</li> <li>- GROSS, M.; MEISELS, T. <b>Soft War: The Ethics of Unarmed Conflict</b>. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.</li> <li>- KITTICHAISAREE, Kriangsak. <b>Public International Law of Cyberspace</b>. Springer International Publishing Switzerland, 2017.</li> <li>- PEEL, Jacqueline. <b>The Role of International Environmental Law in Disaster Risk Reduction</b>. Brill/Nijhoff, 2016.</li> </ul>